



LICENÇA DE OPERAÇÃO

Nº:

022/16 LO

VALIDADE ATÉ: 19/11/2016

DATA:

19/08/2016

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

NOME: COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS MARANATA				CNPJ Nº: 20.780.799/000	
LOGRADOURO: RUA THAINÁ HELENA DO AMARAL				CADASTRO NA PMC:	
NÚMERO: 121	COMPLEMENTO:	BAIRRO: CAPUTERA	CEP: 11660-458	MUNICÍPIO: CARAGUATATUBA/SP	

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO:

ATIVIDADE PRINCIPAL:					
DESCRIÇÃO: 94.30-8-00 Atividades de associações de defesa de direitos sociais					
BACIA HIDROGRÁFICA: LITORAL NORTE CORPO RECEPTOR: Rio Guaxinduba			UGRHI: 3 Sub Bacia 14- Rio Guaxinduba		
ÁREA (METRO QUADRADO):					
TERRENO: N/D	CONSTRUÍDA: N/D	ATIVIDADE AO AR LIVRE: -	NOVOS EQUIPAMENTOS:	LAVRA (ha):	
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (h):		NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS		LICENÇA PRÉVIA, DE INSTALAÇÃO E DE OPERAÇÃO	
INÍCIO: 08:00	TERMINO: às 17:00	ADMINISTRAÇÃO 1	Manutenção	DATA	NÚMERO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Caraguatatuba, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Municipal nº171, de 23 de novembro de 2010, em conformidade com a Resolução Conama nº 237, de 19 de dezembro 1997, e com a Lei Municipal nº 1.807, de 08 de março de 2010, concede a presente Licença, nas condições e termos nela constantes;

A presente Licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa ou substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

As exigências técnicas, relação de equipamentos, capacidade produtiva e outras observações, partes integrantes desta licença, estão relacionadas no processo e em folha anexa;

A presente licença está sujeita a caducidade nos termos do artigo 10 do Decreto Municipal 171, de 23 de novembro de 2010;

Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidas de novo processo de Licenciamento Ambiental nos termos do decreto acima mencionado;

Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pela firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência;

A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias, contados da data da expiração de seu prazo de validade.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

PROCESSO Nº:

29167/2015

LICENÇA DE OPERAÇÃO

Nº:

022/16 LO

VALIDADE ATÉ: 19/11/2016

DATA:

19/08/2016

USO DA PMC:

EMITENTE

Ar, Solo, Ruído, Água.

SMAAP - Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

ENDEREÇO DA UNIDADE

Av. Frei Pacífico Wagner, 945 - Centro

Telefone: (12) 3897 2530

Auracy Mansano Filho
Secretário de Meio Ambiente,
Agricultura e Pesca

A PRESENTE LICENÇA FOI CONCEDIDA COM BASE NAS INFORMAÇÕES DECLARADAS PELO RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO POR OCASIÃO DE SUA SOLICITAÇÃO (PROCESSO EM EPÍGRAFE). ESTANDO CONDICIONADA AO ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS ABAIXO.

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:

01 - Os efluentes gerados no empreendimento, independentemente de sua origem (industrial ou sanitário), deverão ser tratados e dispostos adequadamente, de forma a atender aos padrões de emissão e de qualidade estabelecidos no Regulamento da Lei Estadual nº 997/76 aprovado pelo Decreto Estadual nº 8468/76 e na Resolução CONAMA 357/05 e suas respectivas alterações.

02 - Fica proibido o lançamento de efluentes líquidos em galeria de água pluvial ou em via pública.

03 - A empresa deverá dispor seus resíduos sólidos industriais de forma a não causar poluição do meio ambiente, atendendo ao disposto no artigo 51 do Regulamento da Lei 997/76, aprovado pelo Decreto 8.468/76, e suas alterações.

04 - Os níveis de ruído emitidos pelas etapas do empreendimento deverão atender aos padrões estabelecidos pela norma NBR 10151 - "Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade - Procedimento" da ABNT, conforme Resolução CONAMA 01, de 08 de março de 1990, retificada em 16 de agosto de 1990.

05 - As fontes de poluição atmosférica do empreendimento, - equipamentos que queimam GLP- deverão ser controladas de forma a atender aos padrões ambientais estabelecidos pelo Regulamento da Lei Estadual 997/76, aprovado pelo Decreto Estadual 8468/76 e suas alterações, bem como não causar incômodos à população vizinha.

DVC IN ALTUM